Município de Lagoa

Anúncio n.º 293/2019 de 10 de outubro de 2019

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

Município de Lagoa-Açores

Serviço/órgão/pessoa de contato

Contratação Pública

Endereço (*)

Largo D. João III – Santa Cruz

Código postal (*)

9560-045

Localidade (*)

Lagoa-Açores

Telefone (00351)

296 960602

Fax (00351)

296 916229

Endereço eletrónico (*)

geral@lagoa-acores.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Atribuição do direito de utilização do Restaurante e Bar sito no Porto dos Carneiros, com a área de 395,5m² e 282,6m² e respetivas áreas de esplanada, localizado no Porto dos Carneiros, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Lagoa.

Descrição sucinta do objeto do contrato

O contrato tem por objeto a atribuição do direito de utilização do Restaurante e Bar sito no Porto dos Carneiros, com a área de 395,5m² e 282,6m² e respetivas áreas de esplanada, localizado no Porto dos Carneiros, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Lagoa.

Tipo de contrato

outro (*). Caso seja "Outro", indique qual: Atribuição temporária do direito de utilização de espaço destinado a Restaurante e Bar

Classificação CPV (1) (*)

CPV: 55310000-6

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até:

ou - por: meses ou anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*) não

É utilizado um leilão eletrónico? (*) não

É adotada uma fase de negociação? (*) não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*) não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*) não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*) não

5 - Divisão em lotes (*) não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

Designação do lote (*)

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Classificação CPV (2) (*)

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Lagoa

Código NUTS (3):

PT 200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

dias ou 72 meses

8 - Documentos de habilitação

Documentos de habitação nos termos do artigo 81.º do Decreto Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, conjugados com o artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro e nos termos do n.º 26 do programa de procedimento.

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*) não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Contratação Pública

Endereço desse serviço (*)

Largo D. João III – Santa Cruz

Código postal (*)

9560 045

Localidade (*)

Lagoa

Telefone (00351)

296 960602

Fax (00351)

296 916229

Endereço eletrónico (*)

geral@lagoa-azores.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

Nos termos do artigo 92.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro, as propostas serão apresentadas em suporte de papel, devidamente acompanhadas por um exemplar em suporte informático (CD/DVD).

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Gratuito e em suporte informático, devendo para o efeito solicitar o seu envio para o seguinte endereço: geral@lagoa-azores.pt

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 12 horas do 21.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

proposta economicamente mais vantajosa

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

A adjudicação será à proposta economicamente mais vantajosa, com referência aos seguintes fatores e subfactores e respetivas ponderações, por ordem decrescente de importância e com a ponderação percentual que se indica: a) Pontuação do Projeto de Exploração (PPE) – 60%; b) Pontuação do Preço de Renda Mensal (PRM) – 40%. Para avaliação do fator referido na alínea b) – Pontuação da Renda Mensal (PRM) será aplicada a seguinte fórmula: $PRM = [(VA-VM)/VA] \times 100$; VA=valor, em euros, da proposta em análise; VM= valor, em euros, correspondente ao valor mínimo de contrapartida financeira do concurso (1.500,00€). Para avaliação do fator referido na alínea a) – Pontuação do Projeto de Exploração (PPE), será aplicada a seguinte fórmula e os seguintes subfactores: $PPE = AP + EP + DP + PM + PI + VP$, em que: AP= Adequação do Projeto, EP= Experiência do Promotor; DP = Diferenciação e Inovação do Projeto; PM = Plano de Marketing e Decoração; PI = Plano de Investimento do Projeto VP=Viabilidade do projeto. A pontuação final (PF) a atribuir à proposta será efetuada de acordo

com a seguinte fórmula: $PF = 0,4 \times PRM + 0,6 \times PPE$. Em caso de empate prevalece a proposta que obtenha a melhor pontuação no fator PRM (Pontuação da Renda Mensal). Caso persista o empate, prevalece a que obtenha melhor pontuação nos subfactores: AP, seguido de EP, seguido de PI, seguido de VP, seguido de DP, seguido de PM. Caso ainda assim permaneça uma situação de empate, a proposta vencedora será encontrada através de um processo de sorte e azar, cujos termos serão definidos entre o júri do procedimento. Os arredondamentos são feitos todos a duas casas decimais.

14 - Dispensa de prestação de caução não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Município de Lagoa

Endereço (*)

Largo D. João III – Santa Cruz

Código postal (*)

9560 045

Localidade (*)

Lagoa

Telefone (00351)

296 960602

Fax (00351)

296 916229

Endereço eletrónico (*)

geral@lagoa-azores.pt

Prazo de interposição do recurso:

. dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

09-10-2019

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? não (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (*)

18 - Outras informações

O COCONTRATANTE, pagará à CONTRAENTE PÚBLICA, pela atribuição do direito de utilização do Restaurante e Bar, nos termos do Caderno de Encargos, uma Remuneração Mensal fixa nunca inferior a 1500,00€ (mil e quinhentos euros) a que acresce IVA e acrescida de uma Remuneração Mensal Variável igual a 2% (dois por cento) do Valor de Vendas Bruto, sem IVA, do Restaurante e Bar no mês a que diga respeito, os quais são fixados como os quais são fixados como Parâmetros Base.

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) Cristina de Fátima da Silva Calisto

Cargo ou função (*) Presidente da Câmara Municipal de Lagoa

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002,

alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.